

CREENCIAMENTO 396/2026

AVISOS

AVISO 0: A CAIXA está abrindo o CICLO 1º deste Credenciamento 396/2026, por apenas 6 dias úteis, dada a extrema necessidade de se credenciar empresas para execução do serviço, o quanto antes. Contudo, em um futuro próximo, será aberto o CICLO 2º com prazo mais extenso.

AVISO 1: O procedimento para cadastro para participação nos certames na CAIXA mudou, passando a ser exclusivamente por meio eletrônico.

Para participação nos certames da CAIXA é necessário o cadastro no Portal Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br), não sendo mais necessário comparecer a uma agência da CAIXA.

Pedimos a leitura atenta do item 3 do edital para o correto cadastro no Portal Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br).

AVISO 2: Informamos que foi implantado, no Portal de Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br), a ferramenta GUARDA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, que consiste em um repositório de arquivos no qual o fornecedor deverá anexar e manter atualizada a sua documentação de habilitação.

A melhoria visa a otimização dos documentos enviados para o Portal de Licitações CAIXA. A partir da implantação, o licitante não terá mais que realizar o *upload* dos documentos de habilitação para cada um dos certames que tenham interesse de participar.

Os licitantes deverão realizar o cadastro de sua documentação no repositório alterando-os apenas quando houver necessidade de atualização. **Contudo, para cada certame os licitantes deverão selecionar os documentos de seu repositório que desejam vincular ao certame/item de interesse.**

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A CAIXA está orientada para gerir seus negócios com base nos princípios da Responsabilidade Social, de forma a gerar resultados sustentáveis ao longo do tempo.

Para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Social, a CAIXA estabeleceu as seguintes premissas para a gestão de seus negócios:

- ✓ Estimular o monitoramento e cumprimento dos valores e princípios do Código de Ética no ambiente interno e fomentar a replicação deles em toda a cadeia produtiva dos parceiros externos;
- ✓ Fortalecer a incorporação das variáveis sociais e ambientais atreladas aos direitos humanos, às declarações de princípios da Organização Internacional do Trabalho, aos

Princípios do Pacto Global e às Metas de Desenvolvimento do Milênio, intensificando o trato das críticas e sugestões advindas das partes que se relacionam com a Empresa;

- ✓ Fazer constar no Relatório de Sustentabilidade as dimensões sociais, ambientais e econômicas, os resultados favoráveis e desfavoráveis, os desafios e metas, devendo esses dados subsidiar o planejamento estratégico;
- ✓ Promover com seus fornecedores a discussão acerca do desenvolvimento das competências na sobrevivência e proteção das crianças, buscando o envolvimento com políticas públicas voltadas à promoção dos direitos da infância;
- ✓ Fomentar, em toda a sua cadeia produtiva, o repúdio a todas as atitudes preconceituosas relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, ao credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando a utilização dos meios de comunicação disponíveis para os registros de ocorrências que atentem contra o Código de Ética da CAIXA e a legislação específica em vigor;
- ✓ Empreender ações que permitam que as questões ambientais tenham caráter de transversalidade e sejam incluídas no Plano Estratégico, além da existência da Política Ambiental Corporativa da CAIXA;
- ✓ Considerar nos negócios os princípios e as oportunidades relacionados à sustentabilidade ambiental;
- ✓ Contribuir para a conscientização dos danos causados ao ambiente em decorrência da intervenção humana, com abrangência a todas as partes interessadas da Empresa;
- ✓ Formar parceria com fornecedores com foco na melhoria de processos de gestão ambiental;
- ✓ Definir sistemática que permita verificar a origem e a cadeia de produção dos insumos madeireiros e florestais, estimulando o mercado de forma que a CAIXA utilize no seu processo produtivo materiais com certificação de origem e Certificação da Cadeia de Custódia;
- ✓ Definir meios que contribuam para redução do consumo dos recursos naturais utilizados na Empresa, adotando medidas adequadas à destinação de resíduos, sem prejuízo das condições de trabalho e sem alteração do padrão tecnológico atual;
- ✓ Incluir na política de relacionamento com fornecedores, observadas as exigências legais, como variáveis de seleção e avaliação, as questões referentes às relações trabalhistas, ao trabalho infantil, ao trabalho escravo ou análogo e aos padrões ambientais, estimulando os fornecedores a replicarem essas considerações em relação aos seus próprios fornecedores, criando um círculo virtuoso de conscientização social;
- ✓ Priorizar, nos limites legais, os fornecedores que não comungam com práticas que infrinjam os direitos humanos e, também, que contribuam para a conservação ambiental e para a proteção à biodiversidade e que combatam a exploração ilegal e predatória das florestas;
- ✓ Contribuir para erradicação do trabalho infantil, do trabalho forçado ou análogo ao escravo, promovendo discussão acerca da questão com fornecedores e estimulando-os a cumprirem a legislação;
- ✓ Definir meios que permitam a realização de campanhas de conscientização para todos os fornecedores, de forma que seja e fique explicitado o repúdio da CAIXA à mão-de-obra infantil e à mão-de-obra escrava;
- ✓ Contribuir para a erradicação das políticas ilegais, imorais e antiéticas, promovendo a divulgação e educação de todas as partes interessadas, como fornecedores, clientes e consumidores, entre outros, em iniciativas de combate à corrupção e propina, disseminando o tema e/ou ensinando sobre a utilização de ferramentas correlatas;

✓ Estimular os fornecedores na utilização dos Indicadores Ethos, constante no endereço www.ethos.org.br, como ferramenta de uso interno da empresa para avaliação da gestão no que diz respeito à incorporação de práticas de Responsabilidade Social.

NOSSOS VALORES ÉTICOS

A CAIXA elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da CAIXA, os valores éticos que nortearão a nossa relação.

RESPEITO

- ✓ As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.
- ✓ Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.
- ✓ Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, sexo, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.
- ✓ Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.
- ✓ Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor-próprio e a sua integridade moral.
- ✓ Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

HONESTIDADE

- ✓ No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.
- ✓ Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.
- ✓ Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.
- ✓ Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional.
- ✓ Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.
- ✓ Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

COMPROMISSO

- ✓ Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.
- ✓ Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.
- ✓ Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.
- ✓ Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.
- ✓ Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.
- ✓ Preservamos o sigilo e a segurança das informações.
- ✓ Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.
- ✓ Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

TRANSPARÊNCIA

- ✓ As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- ✓ Como Empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- ✓ Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.
- ✓ Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- ✓ Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

RESPONSABILIDADE

- ✓ Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.
- ✓ Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- ✓ Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.
- ✓ Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

CECOT – Centralizadora Nacional Contratação
GECOT – Gerência Nacional Contratações
SUCOT – Superintendência Nacional Contratos

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 396/2026 - CECOT, que tem por objeto o credenciamento para contratações futuras conforme indicado no item 1.

AVISO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) EM 22/05/2026

A **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, doravante denominada **CAIXA**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, torna público que, por intermédio da CECOT realizará processo de habilitação com vistas a credenciar e subsequentemente contratar empresas especializadas, para execução dos serviços especificados no Item 1, esclarecendo que o presente procedimento será regido pelas Leis Federais nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e 8.429, de 02/06/1992; Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, pela Resolução nº 44, de 20/11/2007 do Conselho Nacional de Justiça e pelo Regulamento de Licitações e Contratos CAIXA - RLCC, obedecidas às condições fixadas neste Edital e Anexos.

O inteiro teor deste Edital e seus anexos estão disponíveis na internet no endereço eletrônico da CAIXA – www.licitacoes.caixa.gov.br, no quadro “*Pesquisa do Certame*”, selecionar a modalidade “*Credenciamento/Pré - qualificação*”, informar os parâmetros de pesquisa desejados e clicar no botão “*Pesquisar*”, após localizar o Credenciamento nº **396/2026**, acionar o link disponível na coluna “*Nº Certame*”, os documentos ficam disponíveis para download na Aba “*Instrumento Convocatório*”.

Com o objetivo de qualificar os usuários na utilização do sistema, os “Tutoriais” com passo a passo das funcionalidades do sistema estão disponíveis para download no Portal de Licitações CAIXA - www.licitacoes.caixa.gov.br, em “O que é”, link “Tutoriais”. Os Tutoriais estão disponíveis também na Área Logada no sistema, em TUTORIAL, link “Manual do Sistema”.

A vigência do Credenciamento terá início a partir da publicação do aviso no DOU.

O Credenciamento permanecerá vigente, por prazo de 60 (sessenta) meses, admitindo-se a prorrogação.

O prazo para vinculação da documentação, exclusivamente, pelo Portal de Licitações CAIXA, referente ao 1º CICLO, **encerrará as 16h00min do dia 29/05/2026.**

Caso ocorra uma nova oportunidade para vinculação de documentação (novo CICLO), o Edital e o Termo de Referência (Anexo I) poderão ser ajustados conforme a necessidade da CAIXA, inclusive com limitação de locais e atividades para a prestação dos serviços.

Ao término do período (CICLO) informado, a próxima oportunidade para o Credenciamento de interessadas, se houver e caso ainda esteja vigente o presente Edital, será divulgada mediante publicação na internet, no Portal Licitações CAIXA, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br.

A qualquer tempo e com aviso prévio, a ser publicado no Portal de Licitações CAIXA, a CAIXA pode suspender, revogar ou encerrar o Credenciamento.

É indispensável para a participação neste Credenciamento realizar previamente o CADASTRO e a CERTIFICAÇÃO, nos termos do item 3.

Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO/QUESTIONAMENTOS** ao Edital deste Credenciamento até o **dia 26/05/2026**, mediante petição a ser enviada exclusivamente pelo Portal de Licitações CAIXA – www.licitacoes.caixa.gov.br.

A **DOCUMENTAÇÃO** para a habilitação neste Credenciamento **deve ser enviada** exclusivamente pelo Portal de Licitações CAIXA – www.licitacoes.caixa.gov.br.

A CAIXA publicará os resultados de habilitação na forma do item 5.5 do Edital.

Qualquer alteração nas condições do Credenciamento será divulgada e publicada pela mesma forma em que se deu a do texto original.

1 DO OBJETO

- 1.1 Credenciamento de empresas registradoras credenciadas nos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal para anotação de gravame (registro de contrato) no Certificado de Registro de Veículos (CRV) e no Certificado de Licenciamento Anual (CLA), conforme Resolução Contran nº 807/2020, de 15 de dezembro de 2020, ou outra que venha a substituí-la.
- 1.2 Este credenciamento será aplicável aos estados conforme o determinado pelos Órgãos de Trânsito de cada Unidade da Federação em legislação específica, não cabendo ingerência sobre o tema a Caixa Econômica Federal.
- 1.3 O credenciamento terá abrangência nacional, condicionado à necessidade da CAIXA, conforme os critérios, termos e condições estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, que o integram e complementam.

2.0 NATUREZA E REQUISITOS ESSENCIAIS DO OBJETO

- 2.1 Contratação de serviço, de natureza continuada, referente empresa registradora de contrato (ERC), credenciada ao DETRAN do estado em que pretenda atuar, para processamento de dados e imagens relativos aos contratos de concessão de crédito com garantia de veículos e que atenda as alterações regulatórias dos DETRAN contendo os seguintes requisitos essenciais:
 - a) A. Upload e envio automatizado de dados contratuais aos respectivos Detrans, conforme previsto no Art. 9º da Resolução vigente;
 - b) B. Integração exclusivamente automatizada com Detrans, vedando-se processos manuais;
 - c) C. Geração e impressão individual de guias de pagamento, com possibilidade de integração via API para envio das mesmas;
 - d) D. Acompanhamento em tempo real do retorno dos registros, com tratativa de inconsistências e atualização de status;
 - e) E. Análise e reenvio de registros não realizados, quando aplicável;
 - f) F. Registro histórico de alterações e justificativas pertinentes;
 - g) G. Adequação da plataforma em até 72 horas após solicitação formal da contratante;
 - h) H. Integração com todos os DETRAN em que pretenda atuar..

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	ANEXO DE ESCOLHA DO DETRAN DE ATUAÇÃO
ANEXO III	MINUTA DO CONTRATO
ANEXO IV	MODELO DE DECLARAÇÃO
ANEXO V	TERMO DE CONFIDENCIALIDADE
ANEXO VI	TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUIO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL
ANEXO VII	CHECK LIST DA EMPRESA

3.0 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar deste Credenciamento empresas especializadas cujo objeto social seja compatível com o objeto deste Edital, que comprovem os requisitos de habilitação e atendam integralmente às exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 3.2 O credenciamento da Licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Econômico-Financeira.
- 3.2.1 As proponentes que não atendem ao disposto no item 2.2 poderão providenciar tanto o credenciamento quanto o cadastramento nos níveis do SICAF por meio do site www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 3.2.1.1 Os documentos exigidos, bem como as instruções para efetuar o registro no SICAF constam do manual que pode ser obtido no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br → Aba SICAF → Tutorial.
- 3.2.2 A documentação de habilitação deve ser anexada no repositório de documentos, dentro do Cadastro do Licitante (vide “Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação” localizado no sistema). Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de um certame.
- 3.2.2.1 A inserção da documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS poderá ocorrer a qualquer tempo acessando o ícone MEU CADASTRO na área logada do fornecedor, entretanto a vinculação dos documentos de habilitação ao certame de interesse deverá ser realizada até o dia e a hora indicados no preâmbulo do edital.
- 3.2.3 Havendo algum documento vencido no SICAF, este deverá ser apresentado pela Licitante, juntamente com a documentação para habilitação no Portal Licitações CAIXA – www.licitacoes.caixa.gov.br.

- 3.2.4 A pessoa jurídica não credenciada e cadastrada em cada nível do SICAF deve apresentar toda a documentação exigida.
- 3.3 Não será admitida neste Credenciamento a participação de proponentes:
- 3.3.1 em recuperação judicial ou extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor; estando dispensada apenas, nesses casos, a certidão negativa de falência e concordata;
 - 3.3.2 que estejam reunidas em consórcio, ainda que controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - 3.3.3 que estejam com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedidas de licitar e contratar com a União, ou que tenham sido declaradas inidôneas pela União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - 3.3.4 cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da CAIXA;
 - 3.3.5 constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - 3.3.6 cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - 3.3.7 constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - 3.3.8 cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - 3.3.9 que tiver nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 3.4 Aplica-se também a vedação prevista no item 2.3:
- 3.4.1 À contratação do empregado CAIXA ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de Licitante;
 - 3.4.2 A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da CAIXA;
 - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
 - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
 - 3.4.2.1 Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.
- 4.0 **DO CADASTRO, DA RECUPERAÇÃO DE SENHA E DO ENVIO DE DOCUMENTOS**

- 4.1 Para participar deste Credenciamento o interessado deve preencher seu Pré-Cadastro no Portal Licitações CAIXA, acessado pelo endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 4.1.1 O cadastramento para acesso ao Portal Licitações CAIXA é realizado obrigatoriamente para pessoa física, que após concluído o cadastro, pode vincular e cadastrar pessoas jurídicas as quais possua a qualificação de sócio, podendo este designar representantes e equipe de usuários.
- 4.2 O Guia de Orientações de acesso ao Portal – manual de acesso, fica disponível na Área Pública do Portal, em FAQ e Tutoriais.
- 4.3 O Manual para utilização do Portal de Licitações CAIXA, com os “Tutoriais” que apresentam o passo a passo das funcionalidades do sistema está disponível para download no Portal de Licitações CAIXA – www.licitacoes.caixa.gov.br, na aba “O que é”, link “Tutoriais”, bem como na Área Logada do sistema, em TUTORIAL, link “Manual do Sistema”.
- 4.4 Os procedimentos para CADASTRO, citados no item 3.1 e subitens, devem ser adotados apenas pelos interessados ainda não cadastrados no Portal Licitações CAIXA - www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 4.4.1 O CADASTRO é realizado no site da CAIXA, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: acione o botão “CRIE SUA CONTA”, selecione o campo “CADASTRE-SE”, siga as telas informando o CPF, o NOME COMPLETO, a DATA DE NASCIMENTO e o E-MAIL, na sequência defina a SENHA de 6 números, preencha os dados do PRÉ-CADASTRO, anexe a documentação de habilitação obrigatória de pessoa física utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecione as ÁREAS DE INTERESSE, confirme o aceite do TERMO DE ADESÃO e acione “CONCLUIR CADASTRO”.
- 4.4.2 Para cadastrar pessoa Jurídica o SÓCIO de uma empresa deve acessar seu cadastro de Pessoa Física, e selecionar o campo “ACESSAR A ÁREA PESSOA JURIDICA”, na sequência, acionar o botão “VINCULAR NOVO CNPJ”, preencher o formulário para cadastro da pessoa jurídica a ser vinculada à pessoa física, anexar a documentação de habilitação obrigatória de pessoa jurídica utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecionar as ÁREAS DE INTERESSE, confirmar o aceite do TERMO DE ADESÃO e acionar “CONCLUIR CADASTRO”.
- 4.5 Toda a validação cadastral é realizada com sincronia com o banco de dados da Receita Federal, portanto concluído o cadastro não é necessário se dirigir a agência da CAIXA.
- 4.6 Para recuperar a senha de acesso ao sistema, acesse o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br e siga os seguintes passos: em “ÁREA LOGADA” acione o botão “ENTRAR”, informe o CPF/Continuar, em seguida “RECUPERAR SENHA”. Na tela apresentada digite o CPF/Continuar e informe o E-MAIL/Continuar.
- 4.6.1 O usuário receberá no e-mail cadastrado mensagem com LINK PARA REDEFINIÇÃO DE SENHA, caso não localize na caixa de entradas, pesquise

também na pasta SPAM de sua conta de e-mail. Efetue o troca senha obrigatório informando nova senha com 6 dígitos numéricos.

4.7 Para enviar DOCUMENTAÇÃO de habilitação o interessado deve efetuar login no Portal de Licitações CAIXA, em www.licitacoes.caixa.gov.br. Na área logada, no quadro “Pesquisar por”, selecionar no campo Comprador CECOT - Centralizadora Nacional Contratações e inserir demais parâmetros de pesquisa para localizar o Credenciamento nº 396/2026. Em seguida, clicar em “ENVIAR DOCUMENTAÇÃO”, e clicar em “ANEXAR ARQUIVO” e “ENVIAR DOCUMENTAÇÃO” para confirmar o envio dos documentos.

4.7.1 A DOCUMENTAÇÃO para habilitação no Credenciamento, definida no item 4, deve ser enviada em arquivo único e compactado do tipo (extensão) “.zip” e limitado a “100 MB” (megabyte).

4.7.1.1 Em caso do arquivo único ultrapassar “100 MB”, para fins de análise completa da documentação, o interessado deve anexar em seguida, na mesma data, os demais documentos em arquivo compactado.

4.7.1.2 Para fins de julgamento da habilitação, serão analisados os documentos enviados conforme orientado nos subitens 3.7.1 e 3.7.1.1 e, a documentação inserida em data posterior, será analisada após a data da publicação do resultado do Credenciamento, informado no item 5.5.

5.0 DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

5.1 Para o credenciamento, as proponentes interessadas terão que satisfazer os requisitos relativos a:

- habilitação jurídica;
- regularidade fiscal;
- qualificação técnica;
- qualificação econômico-financeira;
- cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal.

5.1.1 O credenciamento da proponente no SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, regularidade fiscal e econômico-financeira, por meio de consulta “on-line” ao sistema pela CAIXA, ou mediante a apresentação da documentação listada a seguir.

Nível I – credenciamento: nível básico e pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis;

Nível II – o registro regular nesse nível supre as exigências de Habilitação jurídica; quando seus anexos no SICAF atenderem aos documentos dispostos no item 4.2 e subitens deste Edital.

Nível III – o registro regular nesse nível supre as exigências de Regularidade Fiscal em âmbito federal;

Nível VI – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação Econômico-Financeira, quando seus anexos no SICAF atenderem aos documentos dispostos no item 4.4 e subitens deste Edital. A inserção dos documentos corretos no SICAF são de inteira responsabilidade do fornecedor.

- 5.2 A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:
 - 5.2.1 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e alterações contratuais, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - 5.2.2 inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - 5.2.3 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - 5.2.4 Cópia do documento de identidade dos responsáveis técnicos e legais.
- 5.3 A documentação relativa à **regularidade fiscal** consistirá em:
 - 5.3.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - 5.3.2 prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND), na forma da lei.
 - 5.3.3 prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 5.4 A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
 - 5.4.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 5.5 A **qualificação técnica** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - 5.5.1 Documentos de qualificação técnica da empresa proponente:
 - 5.5.1.1 A empresa deverá apresentar Documento Oficial do Certificado válido de credenciamento junto ao(s) DETRAN(s) em que a empresa pretenda atuar.
 - 5.5.1.2 E o Anexo II, devidamente preenchido e assinado digitalmente, indicando o(s) DETRAN(s) de atuação.
 - 5.5.2 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por

Tradutor Juramentado, devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

5.5.3 Os documentos citados, quando de procedência estrangeira e emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

5.5.4 Para os documentos públicos estrangeiros não se aplica a exigência de legalização consular, ou seja, o reconhecimento de assinatura ou autenticação pela autoridade consular ou diplomática, sendo exigida tão-somente a aposição de Apostila que consiste em anotação, selo ou carimbo dado pela autoridade competente do país de onde o documento é originário, nos termos do Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016.

5.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será suprido pela declaração da proponente, nos termos do ANEXO VIII, de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

5.7 A interessada deverá apresentar ainda no Portal de Licitações CAIXA os seguintes documentos assinados:

- a) Informação sobre a empresa e escolha do DETRAN de atuação (Anexo II);
- b) Declaração (Anexo IV);
- c) Termo de Confidencialidade (Anexo V);
- d) Termo de Compromisso de combate à corrupção e de Responsabilidade Socioambiental (Anexo VI).

5.8 Para as proponentes credenciadas e cadastradas em cada nível do SICAF, a verificação da validade da documentação relacionada acima dar-se-á mediante consulta “on line” ao Sistema, por ocasião do envio dos documentos de habilitação.

5.9 Todas as certidões exigidas acima, bem como o próprio cadastro no SICAF, deverão estar válidas na ocasião do envio da documentação.

5.10 As proponentes não credenciadas ou cadastradas nos diversos níveis do SICAF deverão apresentar todos os documentos de habilitação exigidos nos subitens 4.2 a 4.5, inserindo-os no Portal de Licitações CAIXA.

6.0 **DOS ATOS DO CREDENCIAMENTO**

6.1 Durante a vigência do Credenciamento, a proponente interessada deverá apresentar a documentação exigida para a habilitação, por meio do Portal de Licitações CAIXA.

6.2 A documentação para fins de habilitação será examinada pelo Licitador a partir da ordem de recebimento no Portal de Licitações CAIXA, e à medida em que forem sendo habilitadas, estarão aptas à contratação.

- 6.3 O Licitador efetuará a consulta ao SICAF acerca da situação de cada pessoa jurídica participante do presente processo de Credenciamento.
- 6.3.1 As proponentes não credenciadas no SICAF terão sua documentação conforme disposto no item 4 e seus respectivos subitens.
- 6.4 Com o objetivo de verificar eventuais restrições da proponente ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos a Administração Pública, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo da utilização de outros meios para verificação:
- CEIS/CNEP/CEPIM - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/ Cadastro Nacional de empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo;
 - CNCIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – www.cnj.jus.br/, em “Sistemas”, no item “CONSULTAS PÚBLICAS – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa” e “Consulta Requerido / Condenação”, seleciona esfera “TODOS(AS)”;
 - SICOW – Sistema interno da CAIXA que permite verificar se há impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.
- 6.5 Concluída a análise da documentação por parte do Licitador, será publicado no Portal de Licitações CAIXA o resultado do Credenciamento, definindo-se os habilitados e inhabilitados com as respectivas razões da inabilitação.
- 6.6 A partir da data da publicação do resultado de habilitação, os licitantes inhabilitados poderão solicitar nova análise de habilitação, mediante entrega da documentação, conforme os requisitos contidos neste Edital.
- 6.7 A Licitante inhabilitada, caso queira, poderá contestar e/ou apresentar a documentação que motivou sua inabilitação (documentação complementar), no prazo de 05 (cinco) dias úteis do julgamento ou da data informada pelo licitador.
- 6.8 A documentação complementar, deve ser inserida exclusivamente pela área logada do licitante no Portal de Licitações Caixa, por meio da opção/link “Enviar documentação complementar” que ficará disponível no prazo de cinco dias úteis, conforme item 5.7, na área logada do fornecedor
- 6.9 No caso de proponente inhabilitada que apresentar documentação complementar, será considerada, para fins de ordenamento no banco de empresas credenciadas, a data da última entrega de documentos que tenham sanado integralmente as causas que ensejaram sua inabilitação
- 6.10 A CAIXA poderá, a qualquer tempo, verificar e solicitar demonstração da veracidade das informações prestadas por atestados, certidões, declarações e cópias de trabalhos realizados, bem como solicitar outros documentos ou a revalidação dos fornecidos

- 6.11 Decorrida a fase de habilitação, não cabe desistência pela participante, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Licitador.

5 DA INABILITAÇÃO

- 5.5 Será inabilitada a proponente que:

- a) não comprove a regularidade da documentação habilitatória no momento de sua verificação;
- b) possua registro de ocorrência que a impeça de licitar e contratar com a CAIXA ou com a União, ou que esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que tenham sido declarada inidônea pela União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- c) deixe de apresentar a documentação/informações solicitadas na data fixada ou apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital;

- 5.6 Também será inabilitada a proponente que se enquadre em qualquer das situações mencionadas no item 2.3 e seguintes.

- 5.7 A inabilitação da proponente não impedirá sua participação na próxima oportunidade de credenciamento, se houver, desde que atenda às condições de habilitação e demais exigências do instrumento convocatório.

6 DO ORDENAMENTO DAS EMPRESAS HABILITADAS

- 6.5 O ordenamento das empresas habilitadas se dará de acordo com a data e hora de envio da documentação pelo Portal de Licitações CAIXA.

- 6.6 No caso de proponente inabilitada que apresentar documentação complementar, será considerada, para fins de ordenamento no banco de empresas credenciadas, a data da última entrega de documentos que tenham sanado integralmente as causas que ensejaram sua inabilitação.

7 DO DIREITO DE PETIÇÃO/CONTESTAÇÕES

- 7.5 Os interessados que quiserem contestar algum ato decorrente do Credenciamento poderão fazê-lo por meio de simples petição, a ser enviada exclusivamente pelo Portal de Licitações CAIXA – www.licitacoes.caixa.gov.br, endereçada ao Licitador no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, para os casos de:

- 7.5.1 impugnação ao edital;

- 7.5.2 recurso quanto ao ato de habilitação e julgamento;

- 7.6 A intimação dos atos relativos à habilitação ou inabilitação do(s) interessado(s) do Credenciamento e a resposta ao pedido do interessado é feita pelo Portal de Licitações CAIXA, não sendo atribuído efeito suspensivo ao Credenciamento.

- 7.7 As análises dos recursos serão julgadas por comissão instituída para esse fim, nomeada por ato administrativo e publicado no âmbito do Portal de Licitações

8 DA CONTRATAÇÃO

- 8.5 Serão convocadas para contratar com a CAIXA todas as proponentes credenciadas na forma deste processo.
- 8.6 A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura de instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste Edital, conforme a minuta de Contrato constante do anexo III).
- 8.7 Até a data de contratação, a proponente deverá providenciar, caso ainda não tenha, o cadastramento e a habilitação em cada nível do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mantendo-os atualizados durante toda a vigência do contrato.
- 8.8 Ficam impedidas de ser contratadas para a execução de serviço objeto deste Edital de Credenciamento as proponentes que se enquadrem em qualquer das situações mencionadas no item 2.3.
- 8.9 No ato da assinatura do instrumento contratual, a proponente credenciada deverá:
- 8.9.1 firmar a declaração de vedação ao nepotismo, que consta anexada a minuta de Contrato.
- 8.10 Por ocasião da contratação, a CAIXA fará pesquisa ao SICAF, CEIS, CNEP, CEPIM, SICOW e CNCIA para verificação das condições de habilitação e qualificação das proponentes exigidas neste Edital, sendo fator impeditivo da contratação qualquer irregularidade constatada junto aos referidos Sistemas.
- 8.11 As proponentes credenciadas terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pela CAIXA, para assinatura do contrato.
- 8.12 A recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo implicará o descredenciamento da proponente.
- 8.13 Poderá a proponente perder a sua condição de credenciada até o momento da contratação, se a CAIXA tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente, identificada após o julgamento, que comprometa sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira ou técnica.

9 DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 9.5 O contrato a ser firmado, cuja minuta (Anexo III) integra o presente Edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, sujeitando-se ao Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA e os preceitos de direito privado.
- 9.6 O prazo do contrato será de 60 (sessenta) meses, a contar da data estabelecida para o início de sua vigência, nos termos do Anexo III e não admite prorrogação.

- 9.7 A documentação exigida neste Edital deverá estar válida na data da assinatura do contrato, cabendo à proponente encaminhar, sempre que necessário, novos documentos para substituírem os que tenham seu prazo expirado.

10 DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.5 A distribuição dos serviços seguirá a ordem estabelecida no banco de empresas credenciadas nos Estados, de acordo com a escolha/habilitação da empresa no certame, observado o regramento constante do Anexo I.
- 10.6 Será demandando um serviço por contratada no estado do DETRAN que a empresa estiver credenciada e autorizada a exercer o registro de gravame, nos termos e nos controles apontados no Anexo I e no contrato.
- 10.7 A distribuição dos serviços só ocorrerá de acordo com as necessidades da CAIXA, podendo, inclusive, a Contratada não receber serviços durante o período de Credenciamento.
- 10.8 O sistema informatizado fará a distribuição dos serviços, podendo ser distribuído de outra forma, isonômica, de igual maneira, até que o sistema de distribuição esteja em pleno funcionamento.
- 10.9 A distribuição dos serviços às Contratadas ocorrerá de forma equitativa, de modo a preservar o princípio da igualdade e da transparência de atuação, criação de sistema informatizado está previsto.
- 10.10 A CAIXA se reserva o direito de antecipar serviço à empresa específica por meio de escolha dirigida, em situações consideradas excepcionais, conforme prevê o Anexo I, desde que devidamente circunstanciadas;
- 10.11 Uma vez que esta escolha dirigida é uma antecipação, o reequilíbrio das demandas ocorrerá ao longo dos ciclos seguintes da fila regular de distribuição, de modo a preservar a equanimidade desta distribuição.
- 10.12 A CAIXA poderá adotar outra sistemática de distribuição de serviços que considere a melhor eficiência de atendimento, desde que mantida a distribuição equânime entre os contratados e seguindo as regras e excepcionalizações do Anexo I

11 DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 11.5 A CAIXA, após a efetiva execução dos serviços e o exato cumprimento das obrigações assumidas, na forma do presente Edital, efetuará o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas na minuta de contrato (Anexo III), mediante crédito em conta corrente mantida pela contratada obrigatoriamente em uma agência da CAIXA.
- 11.6 Os serviços serão remunerados, segundo os valores estabelecidos no Anexo I, ITEM 3.

12 DA VIGÊNCIA E ABRANGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

- 12.5 O Credenciamento permanecerá vigente, por 60 (sessenta) meses, admitindo-se prorrogação.

- 12.6 A qualquer tempo e com aviso prévio de 15 (quinze) dias antes do ato, a ser publicado no Portal de Licitações CAIXA, a CAIXA pode suspender, revogar ou encerrar o Credenciamento.
- 12.7 Na suspensão não será admitido o envio de documentação de habilitação, ainda que de forma complementar.
- 12.8 A CAIXA reserva-se o direito de estender a área de atuação das empresas credenciadas para outros Estados, desde que atendido o requisito de possuir certificado de atuação válido no DETRAN daquele estado, sempre que necessário e de comum acordo com a empresa Contratada.
- 12.9 Caso a empresa não tenha mais interesse poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento, devendo solicitá-lo à CAIXA por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.5 A empresa habilitada que se recusar, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo estabelecido no Edital, será descredenciada.
- 13.6 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
- I. multa;
 - II. suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 13.7 A sanção prevista no inciso II acima poderá ser aplicada juntamente com a sanção de multa.
- 13.8 As situações que ensejam as penalidades estão descritas na Minuta de Contrato, anexo III deste Edital.

14 DOS ILÍCITOS PENAIIS

- 14.5 As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 15.5 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária na rubrica: **5303-14** .

16 DOS DA REVOGAÇÃO, OU ANULAÇÃO CREDENCIAMENTO

- 16.5 A CAIXA poderá revogar o presente Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente apresentado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por

provação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba aos(as) interessados(as), quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

- 16.6 A anulação do procedimento de Credenciamento induz à do contrato, e em decorrência dessa anulação as proponentes não terão direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

17 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.5 A divulgação pela CAIXA, neste edital, do tipo de serviço, quantitativos mínimos e máximos possíveis e Tabelas de Remuneração, não caracteriza direito ou expectativa de faturamento por parte das Licitantes, não cabendo à CAIXA o ressarcimento de eventuais prejuízos pelo não credenciamento de proponentes, ou pelo fato de o faturamento mensal da contratada não atingir os níveis por esta pretendidos.
- 17.6 A CAIXA poderá, desde que não tenha conseguido suprir suas necessidades, a qualquer tempo e na forma da lei, realizar novos credenciamentos para municípios ou regiões específicos, por meio da divulgação de um novo Edital, mesmo nas localidades onde já existam credenciadas, posicionando, neste caso, as novas proponentes na ordem sequencial após as proponentes credenciadas pelo presente Edital.
- 17.7 A participação no presente Credenciamento implica a concordância, por parte da proponente, com todos os termos e condições deste edital.
- 17.8 Os interessados arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de sua documentação.
- 17.9 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 17.10 Será conhecida a documentação para habilitação apresentada pelos meios expressamente previstos neste Edital.
- 17.11 A falta de data, assinatura e/ou rubrica nas declarações elaboradas pela proponente somente poderá ser suprida pelo representante legal com poderes para esse fim.
- 17.12 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando tiver sido explicitamente disposto em contrário.
- 17.13 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente na localidade onde está situada a unidade da CAIXA promotora do Credenciamento.
- 17.14 É facultada ao Licitador ou à autoridade superior da CAIXA, em qualquer fase do Credenciamento, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da documentação.

- 17.15 Exclusivamente por interesse da CAIXA, a empresa será reavaliada quanto à capacitação técnica, quando houver qualquer alteração na composição societária, no quadro técnico ou outro motivo que justifique, podendo ocorrer alteração do credenciamento e da habilitação.
- 17.16 A ausência do acompanhamento dos trabalhos por profissional do quadro técnico da CAIXA não eximirá a empresa credenciada das responsabilidades previstas neste Edital.
- 17.17 Todos os trabalhos técnicos deverão ser executados na forma estabelecida pela CAIXA e deverão ser registrados, obrigatoriamente, pelo representante legal da credenciada ou procurador legalmente constituído e pelos responsáveis técnicos habilitados nesse edital pela CAIXA.
- 17.18 A credenciada poderá contratar insumos/serviços para subsidiar a execução das atividades objeto deste Edital com a anuência prévia e por escrito da CAIXA; contudo, é vedada qualquer subcontratação dos serviços objeto deste Edital.
- 17.19 Serão de exclusiva responsabilidade da contratada todas as despesas necessárias à contratação.
- 17.20 É vedado à contratada caucionar ou utilizar o contrato objeto do presente certame, para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA.
- 17.21 A interessada deverá providenciar abertura de conta corrente na CAIXA, até a data da assinatura do contrato, para recebimento dos pagamentos relativos às atividades a serem executadas.
- 17.22 Com objetivo de esclarecer e orientar as empresas contratadas a CAIXA, entre outras formas de comunicação, se reserva o direito de orientar as empresas contratadas através da emissão de Cadernos de Orientações Técnicas (COT).
- 17.23 É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica do(s) representante(s) legal(is) nos documentos apresentados para participação neste certame, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

18 DO FORO

- 18.5 Para dirimir as questões oriundas deste Credenciamento e do futuro contrato será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal, Subseção Judiciária de Brasília.

Salvador/BA, 22 de maio de 2026

Dális Conceição de Jesus Resende do Nascimento

Licitador(a)

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto

1.1 Credenciamento de empresas registradoras credenciadas nos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal para anotação de gravame (registro de contrato) no Certificado de Registro de Veículos (CRV) e no Certificado de Licenciamento Anual (CLA), conforme Resolução Contran nº 807/2020, de 15 de dezembro de 2020, ou outra que venha a substituí-la.

1.2 Natureza e Requisitos Essenciais

Contratação de serviço, de natureza continuada, referente empresa registradora de contrato (ERC), credenciada ao DETRAN do estado em que pretenda atuar, para processamento de dados e imagens relativos aos contratos de concessão de crédito com garantia de veículos e que atenda as alterações regulatórias dos DETRAN contendo os seguintes requisitos essenciais:

- A. Upload e envio automatizado de dados contratuais aos respectivos Detrans, conforme previsto no Art. 9º da Resolução vigente;
- B. Integração exclusivamente automatizada com Detrans, vedando-se processos manuais;
- C. Geração e impressão individual de guias de pagamento, com possibilidade de integração via API para envio das mesmas;
- D. Acompanhamento em tempo real do retorno dos registros, com tratativa de inconsistências e atualização de status;
- E. Análise e reenvio de registros não realizados, quando aplicável;
- F. Registro histórico de alterações e justificativas pertinentes;
- G. Adequação da plataforma em até 72 horas após solicitação formal da contratante;
- H. Integração com todos os DETRAN em que pretenda atuar.

2. Especificações técnicas e condições de prestação dos serviços

2.1 Da prestação de serviço

Prestação de serviços, sem exclusividade e sem produção mínima, por meio de SISTEMA de propriedade da registradora, utilizada para encaminhamento de dados eletrônicos, bem como das imagens de contratos de financiamento de veículos, com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor, ao Departamento de Trânsito dos Estados,

DETRAN, para proceder ao registro desses contratos, na forma do disposto na Resolução CONTRAN nº 807, de 15 de dezembro de 2020 ou outra que venha a substituí-la.

Este credenciamento será aplicável aos estados conforme o determinado pelos Órgãos de Trânsito de cada Unidade da Federação em legislação específica, não cabendo ingerência sobre o tema a Caixa Econômica Federal.

A CREDENCIADA deverá processar, gerenciar e acompanhar os dados e imagens para efetivação dos registros dos contratos de financiamentos de veículos, gestão dos credenciamentos e outras necessidades, como alterações regulatórias de cada DETRAN.

Para habilitação, a CREDENCIADA deverá estar devidamente credenciada ao DETRAN em que pretende atuar, apresentando o certificado válido que comprove a regularidade junto ao órgão.

2.2 Disponibilização de dados para registro de contrato.

A CREDENCIADA realizará o upload do arquivo de dados dos contratos para que sejam processados e enviados ao respectivo DETRAN, em atendimento ao disposto no Art. 9º da Resolução.

2.3 Disponibilização dos arquivos para registro de imagem de contrato.

O envio da imagem será realizado após o registro eletrônico do contrato, em observância ao Art. 10º da Resolução. A CREDENCIADORA fará o upload dos lotes com as imagens dos contratos e a CREDENCIADA deverá realizar o tratamento dos arquivos (padronizar conforme cada DETRAN) e realizar o envio.

A CREDENCIADA deverá gerenciar as pendências de imagens, gerando alerta para indicar possíveis atrasos que possam gerar bloqueios nos DETRANs.

A CREDENCIADA deverá expurgar os arquivos com as imagens após o DETRAN/Registradora retornar o status concluído.

2.4 Registro eletrônico de contrato

A CREDENCIADA é responsável pela integração aos DETRANs, sempre de forma automatizada, para realização dos registros e envio de arquivos. Não são aceitas integrações manuais, pois isso gera atrasos nos registros e possíveis erros operacionais.

A CREDENCIADA deverá garantir que todas as informações previstas e necessárias aos registros de contratos junto aos DETRANs sejam encaminhadas.

A CREDENCIADA deverá estar preparada para realizar registros individuais ou em lotes, consultas e extração de relatórios por período.

2.5 Retorno do arquivo de envio

Após o envio dos dados, o retorno dos registros deve ser acompanhado em tempo real junto a cada DETRAN para tratativa da inconsistência, se for o caso, e atualização de status.

Quando houver um registro não realizado, a CREDENCIADA deverá analisar o motivo e, se não houver alteração de dados realizar a correção e reenviar o registro.

2.6 Guias e tarifa de serviço de Registro

A CREDENCIADA deverá estar preparada para absorver o pagamento das taxas cobradas por cada um dos DETRANs que só concluem o registro do contrato após o pagamento individual da tarifa de serviço de registro, gerado automaticamente após o processo de registro.

A CREDENCIADORA fará o reembolso das guias utilizadas no faturamento mensal no mês subsequente ao pagamento.

2.7 Gestão de registradora e DETRAN

A CREDENCIADA deverá possuir integração com TODOS os DETRANs que pretenda atuar.

2.8 Credenciamento

Considerando a necessidade da CAIXA e/ou a adequação dos DETRANs à legislação, o Edital poderá ser reaberto a qualquer tempo para admissão de novas empresas registradoras.

2.9 DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.9.1 Diretrizes gerais

No âmbito da CAIXA Econômica Federal, o credenciamento das empresas registradoras destina-se à formação de rede de prestadores aptos a atender demanda recorrente, padronizada ou pulverizada, não havendo interesse institucional na seleção exclusiva de um único fornecedor.

Sempre que o objeto não permitir a contratação simultânea de todas as empresas credenciadas, a CAIXA adotará critérios objetivos, impessoais e auditáveis de distribuição da demanda, previamente definidos neste Termo de Referência, de forma a:

- a) assegurar tratamento isonômico entre as credenciadas;
- b) evitar discricionariedade na escolha do prestador;
- c) prevenir favorecimentos indevidos ou concentração injustificada de demanda;
- d) garantir a rastreabilidade e a auditabilidade das contratações.

2.9.2 Critérios de distribuição dos serviços

Preliminarmente, esclarece-se que as empresas contratadas formarão uma fila por Estado escolhido para devida atuação, que terá como parâmetro de classificação, data e hora de devida vinculação do documento ao credenciamento. Salienta-se que as empresas inabilitadas, que apresentarem documentação complementar, perdem sua colocação inicial na fila e passam a ter a colocação referente a, data e hora, do envio da documentação complementar, se habilitadas, nesta fase.

A distribuição dos serviços entre as empresas credenciadas observará a ordem de classificação por critérios objetivos, impessoais, previamente definidos e auditáveis, aplicáveis conforme a natureza da operação, de modo a assegurar isonomia, transparência, eficiência e adequada governança do processo.

Serão adotados, isolada ou combinadamente, conforme definido neste Termo de Referência e nos instrumentos operacionais da CAIXA, os seguintes critérios de distribuição:

- I – Rodízio sequencial entre as empresas credenciadas, respeitada a ordem da fila previamente estabelecida e publicizada;
- II – Ordem cronológica das demandas, considerando a data e o horário de ingresso da solicitação de registro no portal de licitações da CAIXA;
- III – Distribuição proporcional ou equitativa, com base em parâmetros objetivos de balanceamento de volume entre as credenciadas;
- IV – Critérios territoriais ou operacionais objetivos, tais como unidade da federação, localidade, tipo de operação e capacidade instalada.

2.9.3 Operações convencionais de financiamento de veículos

Nas operações convencionais de financiamento de veículos, a distribuição dos serviços de registro de contratos e gravames observará rodízio sequencial entre as empresas credenciadas, conforme ordem previamente definida, garantindo-se:

- a isonomia entre as credenciadas;
- a transparência do processo;
- a previsibilidade operacional;
- a adequada rastreabilidade dos registros.

2.9.4 Operações de financiamento de frotas de veículos

Nas operações de financiamento de frotas de veículos, em razão de suas características específicas, volumes concentrados e necessidade de maior controle operacional, a CAIXA poderá centralizar o registro dos contratos e respectivos gravames em uma única empresa credenciada por frota, como medida de eficiência, segurança e governança do processo, respeitada a ordem na fila de classificação por estado.

A centralização justifica-se, entre outros aspectos, por:

- a) mitigar riscos de divergências temporais entre registros efetuados por empresas distintas;
- b) assegurar maior uniformidade e consistência das informações registradas;

c) facilitar a consulta, o controle e a rastreabilidade dos registros, tanto pela CAIXA quanto por órgãos de controle e auditoria.

2.9.5 Gerenciamento da fila e demandas excepcionais

Na hipótese de surgimento de demanda concentrada ou extraordinária, caracterizada pela apresentação, de forma simultânea, de quantidade elevada de veículos para registro, a CAIXA poderá, antes da alocação definitiva da demanda, proceder à consulta formal à empresa próxima na ordem de distribuição, a fim de verificar sua capacidade de atendimento no prazo requerido, considerando a criticidade operacional da demanda.

§ 1º A eventual manifestação negativa, devidamente justificada quanto à impossibilidade de atendimento no prazo solicitado, não implicará perda da posição da empresa na fila de rodízio.

§ 2º Em caso de negativa, a CAIXA convocará, sucessivamente, as demais empresas credenciadas, observada a ordem de classificação, até que seja identificada aquela apta a executar o serviço nas condições e prazos necessários.

§ 3º O procedimento adotado será devidamente registrado e documentado, assegurando-se transparência, controle e rastreabilidade da decisão.

2.10 Continuidade de Negócios

A CREDENCIADA deve estar devidamente credenciada junto aos DETRANs em que pretende atuar, devendo incluir no portal de licitações CAIXA o certificado que comprove a habilitação junto ao órgão.

Em caso de descredenciamento junto a um ou mais DETRAN(s), no decorrer do contrato, a prestação de serviço junto à CAIXA será suspensa.

Caso o credenciamento junto ao DETRAN da empresa suspensa seja reabilitado, a empresa deverá comunicar formalmente à CAIXA, exclusivamente pelo e-mail gemob@caixa.gov.br, anexando a documentação comprobatória de regularidade da sua situação perante ao DETRAN, para que a suspensão seja cancelada e a empresa volte a receber demandas de serviço.

Em caso de suspensão, a empresa perderá a colocação na fila de distribuição do serviço, e, em sua reabilitação, será reclassificada, recebendo nova colocação na referida fila.

A CAIXA acompanhará a manutenção da habilitação da empresa junto aos DETRANs por meio de monitoramento dos retornos dos serviços realizados.

Havendo retorno informando registro negado em razão de perda de credenciamento, a empresa será imediatamente suspensa.

2.11 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

Conforme a Resolução 4.893 (BACEN), a CREDENCIADA deverá estar aderente a esta resolução.

Em caso de encerramento de contrato, a CREDENCIADA deve fornecer a base de todas as transações realizadas para fins de guarda pela CREDENCIADORA e, em seguida, realizar o expurgo da totalidade das informações.

2.12 Penalidades

2.12.1 Indisponibilidade de sistema

Em caso de indisponibilidade do sistema justificada pela empresa registradora, a CAIXA aguardará 24 horas para que o serviço seja reestabelecido, sem que a empresa perca a vez na fila de distribuição do serviço.

Caso a indisponibilidade ultrapasse 48 horas, a empresa perderá o serviço que seria destinado a ela, passando o mesmo para o próximo da fila de distribuição.

Neste caso, não haverá distribuição do serviço para a empresa, devendo aguardar que chegue novamente sua vez na fila.

2.13 Vedações

Não poderão atuar como CREDENCIADA para a execução do objeto do contrato, além do que veda o Edital:

I - Pessoas jurídicas que:

- a) direta ou indiretamente, inclusive coligadas ou subsidiárias, tenham participação societária ou exerçam controle, ainda que por meio de seus sócios ou administradores, em empresas descritas no item I;
- b) tenham, em posição de controle ou de administração, pessoa física que mantenha vínculo trabalhista, contratual ou qualquer forma de nomeação, indicação ou subordinação imediata ou mediata, remunerada ou não, a qualquer título, com as pessoas jurídicas descritas na alínea “a” do item II;
- c) enviem informações, para fins de apontamento, aos órgãos ou entidades executivas de trânsito dos Estados e do Distrito Federal.

II - Empresas Registradoras de Contrato (ERCs) que não estejam devidamente credenciada junto aos DETRANs em que pretendem atuar.

2.14 Auditorias

Todas as inclusões e alterações de dados devem ser logadas nos sistemas, permitindo a identificação da pessoa que realizou a ação, data e hora e IP do equipamento utilizado, bem como os dados que foram alterados, incluídos ou excluídos.

3. Preço

3.1 Composição do Preço

Conforme regulamentação, os DETRANs podem definir preço público, tabelado e devidamente publicado em Diário Oficial ou outra forma que dê publicidade, ou estipular a livre concorrência, ou seja, permitir que as empresas decidam o preço a ser cobrado pelo serviço.

3.2 Valores Pagos pela CAIXA

Em caso de estados com livre concorrência, a CAIXA pagará pelo serviço o valor de R\$60,00 e nos estados em que há preço tabelado, será pago o preço tabelado publicado pelo DETRAN.

3.3 Reajuste

O reajuste do preço só poderá ser aplicado para os casos de estados de livre concorrência, nos demais casos, segue o preço tabelado pelo DETRAN correspondente.

Em caso de ser possível reajuste, será aplicado a correção anual pelo índice IPCA.

3.4 Tabela com estados e valores a serem pagos, conforme regramento posto.

ITEM	DESCRIÇÃO	DETRAN / UF	TIPO DE PREÇO	VALOR UNIDADE R\$
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	AC	LIVRE CONCORRÊNCIA	60,00
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	AL	NÃO HOUVE PUBLICAÇÃO DE PREÇO ATÉ A PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL	
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	AM	PREÇO PÚBLICO	PREÇO TABELADO PUBLICADO PELO DETRAN
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE	AP	PREÇO PÚBLICO	PREÇO TABELADO PUBLICADO PELO DETRAN

	TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL			
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	BA	PREÇO PÚBLICO	PREÇO TABELADO PUBLICADO PELO DETRAN
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	CE	NÃO HOUVE PUBLICAÇÃO DE PREÇO ATÉ A PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL	
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	DF	PREÇO PÚBLICO	PREÇO TABELADO PUBLICADO PELO DETRAN
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	ES	PREÇO PÚBLICO	PREÇO TABELADO PUBLICADO PELO DETRAN
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	GO	NÃO HOUVE PUBLICAÇÃO DE PREÇO ATÉ A PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL	
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	MA	PREÇO PÚBLICO	PREÇO TABELADO PUBLICADO PELO DETRAN
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	MG	LIVRE CONCORRÊNCIA	60,00

1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	MS	PREÇO PÚBLICO	PREÇO TABELADO PUBLICADO PELO DETRAN
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	MT	NÃO HOUVE PUBLICAÇÃO DE PREÇO ATÉ A PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL	
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	PA	PREÇO PÚBLICO	PREÇO TABELADO PUBLICADO PELO DETRAN
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	PB	LIVRE CONCORRÊNCIA	60,00
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	PE	LIVRE CONCORRÊNCIA	60,00
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	PI	PREÇO PÚBLICO	PREÇO TABELADO PUBLICADO PELO DETRAN
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	PR	PREÇO PÚBLICO	PREÇO TABELADO PUBLICADO PELO DETRAN
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE	RJ	PREÇO PÚBLICO	PREÇO TABELADO PUBLICADO PELO DETRAN

	TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL			
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	RN	PREÇO PÚBLICO	PREÇO TABELADO PUBLICADO PELO DETRAN
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	RO	NÃO HOUE PUBLICAÇÃO DE PREÇO ATÉ A PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL	
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	RR	PREÇO PÚBLICO	PREÇO TABELADO PUBLICADO PELO DETRAN
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	RS	PREÇO PÚBLICO	PREÇO TABELADO PUBLICADO PELO DETRAN
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	SC	PREÇO PÚBLICO	PREÇO TABELADO PUBLICADO PELO DETRAN
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	SE	NÃO HOUE PUBLICAÇÃO DE PREÇO ATÉ A PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL	
1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	SP	PREÇO PÚBLICO	PREÇO TABELADO PUBLICADO PELO DETRAN

1	REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA REAL DE VEÍCULO NOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	TO	PREÇO PÚBLICO	PREÇO TABELADO PUBLICADO PELO DETRAN
---	--	----	---------------	--------------------------------------

4. Qualificação técnica

4.1 Serão itens imprescindíveis para habilitação da empresa registradora de contratos:

I. Escolha do local de atuação, conforme ANEXO III;

II. Documentação que comprove o efetivo credenciamento pelo DETRAN da UF que pretenda atuar.

5. Cláusulas Contratuais Específicas do Objeto

5.1. Condições de Pagamento

Condições de pagamento serão aquelas estabelecidas na minuta padrão de contrato.

5.2. Matriz de Risco

Categoria do Risco	Descrição do Evento	Consequência	Alocação do Risco
Risco atinente ao Tempo da Execução	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Contratada/Contratante
	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Contratada
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que estejam na área econômica.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Contratante

Risco Tributário e Fiscal (Não Tributário)	Responsabilização da CAIXA por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa da CAIXA.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Contratante
Risco Legal	Violação de dados pessoais de terceiros identificados e identificáveis por falha de segurança técnica e administrativa.	Penalidades por infringência à Lei Geral de Proteção de Dados.	Contratada
	Violação de dados pessoais de terceiros identificados e identificáveis por orientações do Contratante.	Penalidades por infringência à Lei Geral de Proteção de Dados.	Contratada
	Violação de dados pessoais de terceiros identificados e identificáveis por descumprimento das normas de proteção de dados.	Penalidades por infringência à Lei Geral de Proteção de Dados.	Contratada

6. Vigência contratual

6.1 O instrumento contratual terá vigência de 60 meses.

6.2 Considerando que o credenciamento junto ao DETRAN que pretende atuar é critério de habilitação e será motivo de suspensão do contrato caso a habilitação ao órgão de trânsito seja interrompido.

ANEXO II

ANEXO DE ESCOLHA DO DETRAN DE ATUAÇÃO (envio obrigatório – habilitação)

1. As empresas participantes deverão preencher as informações do formulário abaixo, observando rigorosamente o escopo solicitado:

1.1 Informações sobre a empresa;

1.2 Escolha do Estado do DETRAN de atuação

1.2.1 A escolha pode ser de um ou mais estados de atuação, desde que a empresa tenha o certificado para atuar junto ao DETRAN correspondente.

2.0 O anexo deve ser devidamente assinado, por meio de **ASSINATURA DIGITAL**.

PROPONENTE:

CNPJ		
Razão social/Nome		
Nome de fantasia		
Inscrição estadual	Inscrição municipal	Data da criação

ENDEREÇO:

Rua, avenida, complemento e nº			
Bairro	Município	UF	CEP
Telefone	Celular	Fax	

E-mail	Pager/Bip
--------	-----------

3.0 Para realizar a atividade prevista no objeto do Credenciamento 396/2026, manifesto interesse para atuação junto ao DETRAN do(s) seguinte(s) estado(s):

DETRAN ATUAÇÃO	ESTADO	SIGLA
[]	Acre	AC
[]	Alagoas	AL
[]	Amapá	AP
[]	Amazonas	AM
[]	Bahia	BA
[]	Ceará	CE
[]	Distrito Federal	DF
[]	Espírito Santo	ES
[]	Goiás	GO
[]	Maranhão	MA
[]	Mato Grosso	MT
[]	Mato Grosso do Sul	MS
[]	Minas Gerais	MG
[]	Pará	PA
[]	Paraíba	PB
[]	Paraná	PR
[]	Pernambuco	PE
[]	Piauí	PI
[]	Rio de Janeiro	RJ
[]	Rio Grande do Norte	RN
[]	Rio Grande do Sul	RS
[]	Rondônia	RO
[]	Roraima	RR
[]	Santa Catarina	SC
[]	São Paulo	SP
[]	Sergipe	SE
[]	Tocantins	TO

, de de

Local/Data

[Nome e assinatura do representante legal,

Com identificação completa]

ASSIANTURA DIGITAL DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º [REDACTED], PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE [REDACTED], QUE ENTRE SI FIRMAM, DE UM LADO, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E, DE OUTRO, A EMPRESA [REDACTED].

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelo Estatuto Social da Caixa Econômica Federal, por intermédio da CECOT, CNPJ(MF) nº 00.360.205/5614-83, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 2, Bloco L, 7º andar - Asa Sul – Brasília, - CEP 70070-110, neste ato representada pelo(a) Coordenador de Filial, Carlos Augusto Barbosa dos Santos Junior, com procuração do 2º Ofício de Notas e Protesto de Brasília, Livro 3606-P, Folha 132, Protocolo 06149, daqui por diante designada **CAIXA**, de um lado e, de outro, a empresa [REDACTED] [indicar o nome da empresa em caixa-alta e negrito], inscrita no CNPJ(MF) sob o nº [REDACTED] com sede na [REDACTED] [indicar o endereço completo, inclusive CEP], neste ato representada por [REDACTED] [indicar e qualificar o representante da contratada], doravante designada **CONTRATADA**, em face da autorização do Coordenador de Filial, Carlos Augusto Barbosa dos Santos, da CAIXA, constante do Processo Administrativo nº 396/2026 de Credenciamento, com base no caput do art. 69 do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA, têm justo e contratada a prestação dos serviços objeto deste instrumento, vinculada ao respectivo Edital e seus anexos, sujeitando-se as partes contratantes às normas constantes da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e suas alterações posteriores do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA e aos preceitos de Direito Privado, bem como às cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de anotação de gravame (registro de contrato) no Certificado de Registro de Veículos (CRV) e no Certificado de Licenciamento Anual (CLA), conforme Resolução Contran nº 807/2020, de 15 de dezembro de 2020, ou outra que venha a substituí-la, De no âmbito Nacional(de acordo com o Estado de escolha e habilitação de cada empresa), sempre que houver interesse previamente manifestado pela CAIXA, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, que o integram e complementam.

Parágrafo Primeiro - A especificação pormenorizada do objeto contratado, os requisitos técnicos e as condições de prestação dos serviços, bem como as obrigações e

responsabilidades específicas estão indicadas no Anexo I e demais anexos do Edital, que integra(m) e complementa(m) este contrato.

Parágrafo Segundo – Nas situações em que a Contratada solicitar atendimento a uma nova localidade, em conformidade com o interesse da CAIXA, deverá ocorrer manifestação em sistema e/ou por solicitação ao gestor operacional do contrato, dispensando, desta forma, aditamento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além das previstas neste contrato e anexos:

I - executar perfeita e integralmente, os trabalhos conforme formulários, orientações, rotinas e prazos estabelecidos pela CAIXA, os quais serão disponibilizados para a credenciada após a assinatura do pertinente instrumento de contrato, por meio de pessoas idôneas/tecnicamente capacitadas, obrigando-se a indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados. A responsabilidade estender-se-á aos danos causados a terceiros durante a prestação dos serviços;

II - recrutar e contratar a mão-de-obra especializada, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos de seus empregados, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, promoções, etc.;

III - dar sempre como conferidos e perfeitos os serviços prestados, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela CAIXA e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar à CAIXA ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a CAIXA;

IV - diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da CAIXA, clientes, e demais contratados;

V - prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da CAIXA;

VI - diligenciar para que seus empregados não prestem serviços que não os previstos no objeto deste contrato;

VII - assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignada, pela CONTRATADA, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados/prepostos e a CAIXA;

VIII - agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por seus empregados que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviços objeto deste contrato, comparecendo em todas as audiências designadas,

apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a CAIXA. A omissão da CONTRATADA, nas demandas dessa natureza, será considerada falta grave, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas neste contrato, assegurada a prévia defesa;

IX - indenizar todas as despesas e custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela CAIXA, por força de sentença judicial que reconheça a responsabilidade subsidiária ou solidária da CAIXA por créditos devidos aos empregados da CONTRATADA, ainda que extinta a relação contratual entre as partes;

X - respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação pertinente, inclusive quanto à necessidade de constituição de CIPA, se for o caso, nos termos da “Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego”;

XI - manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CAIXA, de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste contrato;

XII - obedecer às normas e rotinas da CAIXA, bem como a legislação aplicável, em especial, as que disserem respeito à segurança e saúde no trabalho, assumindo todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da CAIXA;

XIII - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA, no tocante à prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

XIV - fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes;

XV - orientar os seus empregados, treinando-os e reciclando-os periodicamente, tanto no aspecto técnico, como no relacionamento humano, visando a mantê-los plenamente aptos ao perfeito desenvolvimento de suas funções, observadas as exigências e necessidades da CAIXA;

XVI - estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária à prestação dos serviços previstos neste contrato, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;

XVII - fornecer aos seus empregados todos as condições, os equipamentos e os recursos materiais necessários para o desenvolvimento de suas funções, exigidos por legislação ou norma do trabalho específica;

XVIII - prover todos os meios necessários à garantia da prestação dos serviços contratados, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

XIX - manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

XX - providenciar, caso ainda não tenha, o cadastramento e a habilitação em cada nível do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mantendo-os atualizados durante toda a vigência do contrato;

XXI - manter perante a CAIXA, durante a vigência do contrato, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;

XXII - não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;

XXIII - assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão e de práticas discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade.

XXIV - diligenciar para que seus empregados, quando a serviço da CAIXA, apresentem-se em condições adequadas de descanso, de alimentação, de estado de alerta, entre outras físicas e mentais que garantam a segurança de todos no ambiente da CAIXA, sejam clientes, empregados ou terceirizados;

XXV - dar ciência à CAIXA, de imediato e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

XXVI - arcar com os gastos referentes à realização das atividades previstas no contrato, correspondentes a taxas, ART, RRT, emolumentos, cópias, fotos e quaisquer outras despesas vinculadas ao objeto contratado, ressalvadas as despesas previstas expressamente no edital ou no contrato como de responsabilidade da CAIXA;

XXVII - não aceitar demandas nas quais estejam faltando documentação mínima necessária para a realização dos serviços ou em que estejam impedidas de atuar;

XXVIII - declarar-se impedida de realizar os serviços, quando envolver:

- a) entidades ou empresas com as quais os titulares e/ou responsáveis técnicos da CONTRATADA tenham vínculo empregatício e/ou contrato por prazo determinado;
- b) gerentes, sócios ou dirigentes de entidades ou empresas com as quais os titulares e/ou responsáveis técnicos da CONTRATADA tenham vínculo;
- c) parentes até segundo grau, bem como empresas em que estes sejam gerentes, sócios ou dirigentes;
- d) titulares e responsáveis técnicos da CONTRATADA como autores dos projetos ou Responsáveis Técnicos pela execução dos serviços;
- e) Atuar na cidade/região metropolitana como Imobiliária, Correspondente Caixa, ou intermediária para venda de imóveis.

XXIX - entregar à CAIXA os trabalhos técnicos efetuados pelos responsáveis técnicos pela elaboração do serviço devidamente habilitados/autorizados pela CAIXA, quando da análise curricular, não sendo permitida procuração no último caso;

XXX - responder, na qualidade de fiel depositária, por toda a documentação que lhe for entregue pela CAIXA;

XXXI - comunicar por escrito à CAIXA a existência de impedimento de ordem ética ou legal em serviço que lhe tenha sido encaminhado, devolvendo-o, imediatamente;

XXXII - corrigir, gratuitamente, e no prazo fixado pela CAIXA, os serviços que apresentem incorreção e imperfeição, sem prejuízo das sanções administrativas aplicáveis;

XXXIII - responder perante a CAIXA por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços contratados, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à CAIXA o exercício do direito de regresso, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

XXXIV - facilitar e permitir à CAIXA, a qualquer momento, a realização de auditoria e acompanhamento dos serviços em sua sede/filial, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade à CONTRATADA;

XXXV - não utilizar o nome da CAIXA em quaisquer atividades de divulgação de sua profissão, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos;

XXXVI - não se pronunciar em nome da CAIXA a órgãos da imprensa ou clientes, agentes promotores, mutuários sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços a seu cargo;

XXXVII - não utilizar pessoal não habilitado legalmente e que não esteja habilitado pela CAIXA para realizar a atividade demandada;

XXXVIII - não utilizar qualquer dependência ou equipamento da CAIXA para a prestação dos serviços objeto do presente contrato;

XXXIX - não alterar os formulários fornecidos pela CAIXA;

XL - não utilizar nem reproduzir, fora dos serviços contratados, os normativos, documentos e materiais encaminhados ou divulgados pela CAIXA;

XLI - comunicar à CAIXA, no prazo de 10 (dez) dias da ocorrência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico;

XLII - comunicar com antecedência mínima de (02) dois dias a impossibilidade de assunção dos serviços na ordem de distribuição estabelecida no sistema bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (endereço, telefone, e-mail), a serem analisadas pela CAIXA;

XLIII - na hipótese de rescisão contratual a CONTRATADA fará a comprovação da quitação de todos os impostos e contribuições sob sua responsabilidade e de sua regularidade fiscal, federal, estadual e municipal.

XLIV – emitir ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) da totalidade dos serviços elaborados mensalmente;

XLV - a CONTRATADA responderá, ainda, pela observância das Leis, Posturas e Regulamentos;

XLVI - observar estritamente a vedação ao nepotismo, nos termos da declaração anexa, que integra este contrato;

XLVII - manter, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.

XLVIII - tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública;

XLIX - adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública, conforme identificados na Lei nº 12.846/2013;

L - manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual.

LI – garantir e providenciar assinatura de Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, anexo a este contrato, de seus prestadores que tiverem acesso a sistemas e informações internas da CAIXA e entregar ou enviar para o gestor operacional, GEHPA, gehpa05@caixa.gov.br no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a convocação para a primeira prestação dos serviços, devendo comunicar a CAIXA e realizar o mesmo procedimento quando houver novos prestadores na execução do serviço.

LII – conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>).

LIII - proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.

LIV - Não utilizar sistemas e aplicativos não homologados pela CAIXA como intermediários no fornecimento de dados, informações e documentos à CAIXA;

LV – garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.

LVI - garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.

LVII - garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.

LVIII - assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.

LIX - garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.

LX - cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.

LXI - atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.

LXII - tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores conheçam e observem o disposto da LGPD no exercício de suas atividades.

LXIII – atuar de acordo com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da CAIXA (PLDFT), disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> e dar ciência a seus empregados do folder (flyer) sobre a PLDFT disponível no Portal de Licitações da CAIXA (https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina_inicial.aspx).

LXIV – enviar, anualmente, à CONTRATANTE a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregados(s), colaborador(es) e prestador(es).

LXV - realizar ou contratar, treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, abordando no mínimo o seguinte conteúdo:

- a) conhecimento da política de segurança da informação da pessoa jurídica CONTRATADA e da CAIXA;
- b) uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso;
- c) proteção de dados e privacidade – LGPD – direitos do titular dos dados;
- d) proteção de dados e privacidade – LGPD – responsabilidades do controlador, operador e do agente de tratamento dos dados;
- e) uso seguro de dispositivos;
- f) uso seguro de *e-mails*;
- g) uso seguro de soluções em nuvem;
- h) uso seguro de redes sociais e comunicadores instantâneos;
- i) adoção da política de “mesa limpa”, “tela limpa” e “impressora limpa”;
- j) formas defensivas contra *phishing* e *smishing*;

- k) formas defensivas contra códigos maliciosos recebidos em dispositivos;
- l) formas defensivas contra engenharia social;
- m) formas de reporte de incidentes de segurança da informação na pessoa jurídica e na CAIXA;
- n) vazamento de dados e proteção de senhas;
- o) metodologia e princípios da *Privacy by Design* e *Secure by Design*.

LXVI - o treinamento referido no item LXV será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima semestral de 04 horas.

LXVII - apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item LXV.

LXVIII - adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da CONTRATANTE, enquanto pessoa jurídica pública e instituição financeira.

LXIX - a CONTRATANTE poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da CONTRATADA, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.

LXX - informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores:

a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI, conforme item LXIV no último semestre dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

b) Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, previsto no item LXIV, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

LXXI - Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que tenham sido fornecidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em até 5 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela CONTRATANTE.

LXXII - A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CAIXA qualquer descumprimento às cláusulas que versam sobre a segurança da informação e privacidade.

LXXIII – Atuar de acordo com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da CAIXA (PLDFT), disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> e dar ciência a seus empregados do folder (flyer) sobre a PLDFT disponível no Portal de Licitações da CAIXA <http://licitacoes.caixa.gov.br>.

LXXIV – Atender às obrigações da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, dispostas na Cláusula décima oitava.

LXXV – Tomar conhecimento da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação, disponível no site da CAIXA, no endereço: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”), zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores a conheçam e a observem no exercício de suas atividades.

LXXVI – Demais obrigações listadas no Termo de Referência e demais anexos do edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São responsabilidades da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato e anexos:

I - Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

II - Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à CAIXA o exercício do direito de regresso, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato pela CONTRATADA, as quais serão reembolsadas à CAIXA.

IV - Responder, por força da lei, civil e penal, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais devem guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA

A CAIXA obriga-se a:

- I proceder à distribuição igualitária dos serviços entre todas as CONTRATADAS, no município/região metropolitana escolhida pela empresa, conforme critérios de distribuição de serviços definidos no Termo de Referência;
- II notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços;
- III efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato;
- IV indicar o representante da CAIXA responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato;
- V exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato por meio do representante especialmente designado;

VI formalizar para a empresa contratada a possibilidade de estender a área de atuação para outras Cidades/Regiões Metropolitanas.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, SEU REAJUSTE E DA FORMA DE PAGAMENTO

A CAIXA efetuará o pagamento dos serviços prestados e aceitos à CONTRATADA, cuja remuneração será calculada pelo valor constante da tabela do Anexo I do Edital, que são partes integrantes deste contrato.

Parágrafo Primeiro - É admitido o reajuste de preços deste contrato, para mais ou para menos, limitado à variação obtida pelo IPCA, conforme Anexo I do Edital.

Parágrafo Segundo – A critério da CAIXA, o preço constante da tabela do Anexo I poderá ser reajustado, consoante, regras e índice estipulado no Anexo I, respeitando o intervalo mínimo de 1 (um) ano, a contar do dia da publicação, deste ciclo, no Diário Oficial da União - DOU.

Parágrafo Terceiro - O pagamento será feito por meio de crédito em conta corrente da CONTRATADA, obrigatoriamente em Agência da CAIXA, no 12º(décimo segundo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços executados no período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês anterior.

Parágrafo Quarto - A correspondente nota fiscal/fatura deve ser emitida após o término de cada mês e apresentada à CAIXA até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, prorrogando-se o prazo de pagamento na mesma proporção de eventual atraso ocorrido na entrega da nota fiscal/fatura.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA deve apresentar à CAIXA, juntamente com a nota fiscal/fatura, os seguintes documentos referentes ao mês anterior àquele relativo aos serviços faturados:

I. relação contendo o número das autorizações de serviço, valor do serviço e valor total;

Parágrafo Sexto - Sobre o valor total da remuneração incidem as obrigações fiscais, conforme a legislação vigente.

Parágrafo Sétimo - Para efeito de pagamento será considerada a data da conclusão da ordem de serviço e a entrega do trabalho.

Parágrafo Oitavo - A nota fiscal/fatura deve conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à CONTRATADA a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo:

- a) a identificação completa da CAIXA, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do contrato;
- b) descrição de todos os serviços/itens que compõem a respectiva nota fiscal/fatura de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais.

Parágrafo Nono - A nota fiscal/fatura não aprovada pela CAIXA será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação. A devolução da nota fiscal/fatura não aprovada pela CAIXA, em hipótese alguma, autorizará a CONTRATADA a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

Parágrafo Décimo – A CAIXA fará as retenções dos tributos e contribuições sociais/previdenciárias, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso a CONTRATADA se enquadre em hipótese excludente prevista em legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso a CONTRATADA esteja amparada por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos e/ou das contribuições previdenciárias, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

Parágrafo Décimo Primeiro - Quando houver a prestação de serviço em município, cuja Lei Municipal atribua à CAIXA a responsabilidade pela retenção do ISSQN na fonte e, por conseguinte, o respectivo repasse, a CONTRATADA é obrigada a faturar os serviços, separadamente, por Município, emitindo quantas notas fiscais/faturas forem necessárias, independentemente de a CONTRATADA estar ou não nele estabelecida e da sua situação cadastral na localidade onde os serviços estão sendo prestados.

Parágrafo Décimo Segundo - Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, bem como das contribuições à Previdência, quando for o caso, decorrentes do atraso na entrega da nota fiscal/fatura pela CONTRATADA, serão cobrados diretamente da CONTRATADA.

Parágrafo Décimo Terceiro - Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as seguintes consultas:

- ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade fiscal da Contratada, no âmbito Federal, bem como da regularidade relativa à Fazenda Nacional e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação.

Parágrafo Décimo Quarto - Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de 05(cinco) dias úteis, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual.

Parágrafo Décimo Quinto - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

Parágrafo Décimo Sexto – O não pagamento da nota fiscal/fatura, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido neste contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VAT = VIN \times (1+IGP-M1) \times (1+IGPM-2) \times \dots (1+IGPM-n), \text{ onde:}$$

VAT: Valor atualizado

VIN: Valor inicial

IGPM-n: Evolução mensal do índice IGP-M/FGV, desde o mês inicial até o mês final da apuração

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá duração de sessenta meses, a contar da assinatura do contrato,

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

No curso da execução deste contrato caberá à CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

Parágrafo Primeiro - A CAIXA, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;

Parágrafo Segundo - A CAIXA poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência da CONTRATADA à legislação anticorrupção.

Parágrafo Terceiro - De modo a prevenir-se contra riscos de imagem e até mesmo financeiros, a CAIXA, após esgotar a via de esclarecimentos com as CONTRATADAS sem a obtenção de êxito, encaminhará documento informando-lhes da suspensão preventiva das atividades, até que sejam averiguados os fatos e montados os dossiês, que subsidiarão a instauração de processo administrativo, obedecendo aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DO RESSARCIMENTO

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos apurados diretamente dos documentos fiscais pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a este contrato independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

Parágrafo Segundo - O valor a ser ressarcido à CAIXA, nos casos de danos ou prejuízos em que a CONTRATADA for responsabilizada, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VAT = VIN \times (1+IGP-M1) \times (1+IGPM-2) \times \dots (1+IGPM-n), \text{ onde:}$$

VAT: Valor atualizado

VIN: Valor inicial

IGPM-n: Evolução mensal do índice IGP-M/FGV, desde o mês inicial até o mês final da apuração

Parágrafo Terceiro – A ausência ou omissão da fiscalização da CAIXA não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

I. todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;

II. as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS INADIMPLENTOS CONTRATUAIS E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O inadimplemento de obrigações contratuais sujeita a CONTRATADA à notificação operacional e sanções administrativas descritas a seguir.

I) São consideradas Faltas Operacionais (FO) aquelas ocorrências de descumprimento direto na execução do contrato, de natureza leve;

II) São consideradas Faltas de Postura de Atuação (FP) aquelas ocorrências que ferem a ética profissional, que não observam as recomendações previstas pela CAIXA e, que comprometem o bom andamento das atividades assim como a imagem institucional da CAIXA.

III) São considerados Erros Técnicos Formais (EF) na prestação dos serviços para a CAIXA aqueles referentes à atuação das empresas, através de seus técnicos, que contrariem a boa técnica, as normas do BACEN e, ainda, os praticados por omissão total ou parcial de informações.

Parágrafo Primeiro - É cabível notificação operacional na ocorrência de descumprimentos, abaixo relacionados:

CLASS	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Faltas Operacionais	FO01	Atrasar entrega do trabalho
	FO02	Utilizar-se de termos ou gestos inadequados ao dirigir-se a empregado da CAIXA.
	FO03	Apresentar peça técnica e/ou documentação com assinatura inválida

	FO04	Não comunicar à CAIXA a alteração de dados, contatos, endereço, contrato social e demais dados
	FO05	Deixar de comunicar o afastamento temporário
	FO06	Não retornar, tempestivamente, contatos realizados pela CAIXA.
	FO07	Pronunciar-se em nome da CAIXA ou quanto a serviços contratados pela CAIXA sob suas responsabilidades
	FO08	Não apontar pendências documentais
	FP09	Alterar indevidamente documentação entregue à CAIXA
	FP10	Utilizar ou fornecer material disponibilizado pela CAIXA em trabalhos não contratados pela CAIXA
	FP11	Divulgar para terceiros informação confidencial, mesmo que não intencionalmente
	FP12	Não cumprir as orientações e instruções provenientes da CAIXA
	FP13	Comunicar-se de maneira não cortês ou não civilizada, utilizar-se de termos ou gestos inadequados ao dirigir-se a cliente da CAIXA ou demais partes envolvidas.
	FP14	Publicar e/ou veicular conteúdo não autorizado com a marca da CAIXA.
Erros Técnicos Formais	EF15	Apresentar trabalho com: metodologia inadequada; elementos amostrais e/ou variáveis inadequados; modelagem estatística inconsistente; resultados estatísticos em desacordo com o real.
	EF16	Apresentar trabalho com discrepância excessiva, majorada ou minorada,
	EF17	Realizar manifestação a respeito da documentação sem os elementos suficientes
	EF18	Não observar inconsistências ou incompatibilidade entre os diversos documentos.
	EF19	Outros erros, mediante enquadramento como falta contratual no processo de revisão.

I) A critério da CAIXA, as notificações operacionais relacionadas as Faltas Operacionais (FO) ou/e Faltas de Postura (FP) ou/e aos Erros Técnicos Formais (EF), podem ensejar ação operacional de exclusão da atividade na região de atendimento, de forma temporária ou definitiva.

Parágrafo Segundo - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I. multa;

II. suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

Parágrafo Terceiro - A multa no percentual de 10%, calculada sobre o valor das autorizações de serviços emitidas nos últimos 3 (três) meses, poderá ser aplicada nas situações de Falta de Postura e Atuação e Erros Técnicos Formais indicados na tabela acima.

I) Na hipótese de reincidência dos erros e faltas passíveis de Notificação Operacional relacionados acima, dentro do prazo de um ano a partir da primeira notificação da empresa, a CONTRATADA ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor da autorização de serviço que deu causa à multa.

II) Na hipótese de rescisão contratual por inadimplemento da CONTRATADA, esta ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor da autorização de serviço que deu causa à rescisão, independentemente das perdas e danos decorrentes do inadimplemento.

III) A multa será descontada do valor da fatura mensal, cobrada diretamente da CONTRATADA ou judicialmente.

Parágrafo Quarto – A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos poderá ser aplicada à empresa em caso de:

I) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do Credenciamento ou do Contrato;

III) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados;

IV) apresentar documentação falsa exigida para o Credenciamento;

V) ensejar o retardamento da execução do objeto do Credenciamento;

VI) falhar ou fraudar na execução do contrato;

VII) comportar-se de modo inidôneo, incluindo a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

Parágrafo Quinto – As sanções previstas nos incisos I e II do parágrafo segundo poderão ser aplicadas concomitantemente.

Parágrafo Sexto – As penalidades indicadas nesta cláusula, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

Parágrafo Sétimo – A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a CAIXA será devidamente publicada no DOU, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

Parágrafo Oitavo – A penalidade de suspensão aplicada à CONTRATADA alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ILÍCITOS PENAIIS

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A rescisão do contrato se dá:

- I. De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;
- II. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CAIXA e para o contratado.
- III. Por determinação judicial.

Parágrafo Primeiro - Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

- I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- III. O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- IV. A prática de atos lesivos contra à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- V. A CONTRATADA que atuar na cidade/região metropolitana como Imobiliária, Correspondente Caixa, ou intermediária para venda de imóveis.
- VI. Inobservância da vedação ao nepotismo;
- VII. Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CAIXA, direta ou indiretamente.
- VIII. Reincidências em descumprimento contratual e prazo legal, inadimplemento parcial ou total do contrato, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à CAIXA.
- IX. Descumprimento ou cumprimento parcial de obrigação contratual, desde que desses fatos

resultem prejuízos à CAIXA.

Parágrafo Segundo – A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos III, IV, V e VI será efetivada após o regular processo administrativo.

Parágrafo Terceiro - Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

Parágrafo Quarto - Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativamente ao serviço contratado.

Parágrafo Quinto - No ato da rescisão contratual, a CONTRATADA prestará contas dos processos que lhe tenham sido confiados, efetuando a devolução dos respectivos dossiês, se for o caso.

Parágrafo Sexto - Constatados prejuízos decorrentes da atuação irregular da CONTRATADA no momento da rescisão, poderá a CAIXA efetuar a retenção de valores devidos à CONTRATADA, nos limites suficientes às compensações dos mesmos, além da multa prevista no Parágrafo Terceiro da Cláusula Terceira.

Parágrafo Sétimo - Nos casos em que a atuação da empresa der causa à rescisão contratual, a CAIXA decidirá sobre as providências a serem adotadas, inclusive suspender a distribuição de serviços à empresa até a decisão final, assegurada ampla defesa à CONTRATADA.

Parágrafo Oitavo - Caso a CAIXA não utilize a prerrogativa de rescindir este contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento da nota fiscal da fatura, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

Parágrafo Nono - Havendo a constatação, pela CAIXA, no serviço realizado pela CONTRATADA, de ocorrência de informações totalmente divergentes, tais como descrição do empreendimento em desacordo com a realidade, constatação de que o local ou empreendimento não foi visitado ou a visita/serviços foram realizados por outra pessoa que não o profissional habilitado, a CAIXA, poderá rescindir unilateralmente o contrato, mesmo não havendo enquadramento nos erros técnicos, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo Décimo - O presente contrato poderá ainda ser rescindido a qualquer tempo pela CAIXA, quando for do seu interesse e a seu exclusivo critério, e nos demais casos previstos em lei, inclusive razões de interesse público.

Parágrafo Décimo Primeiro - Havendo interesse da CONTRATADA na rescisão do contrato, a mesma fica obrigada a apresentar as justificativas à CAIXA com antecedência mínima de 30 dias para análise e aprovação quanto a possibilidade de rescisão amigável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista na rubrica **5303-14**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

O presente contrato não implica vínculo empregatício de quaisquer dos integrantes do quadro da CONTRATADA com a CAIXA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedado à CONTRATADA a subcontratação de empresa para a prestação dos serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

- I Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por este Regulamento;
- III Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- IV Quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- V Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CONFIDENCIALIDADE

A CONTRATADA não poderá revelar a qualquer pessoa, governo e/ou a outra entidade externa à CAIXA quaisquer informações gerais e/ou particulares reservadas à Empresa relativas à prestação de serviço objeto desse contrato, ficando vedada a sua divulgação em outras circunstâncias diferentes das tratadas no presente.

Esta cláusula de confidencialidade permanece vigente mesmo após o término do Contrato firmado com a CONTRATADA.

Fica estabelecido que os produtos desenvolvidos no âmbito do contrato são de propriedade da CAIXA, ficando a ela reservados os direitos autorais, na forma prevista na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA REPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A CONTRATADA deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no

relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se à:

- I Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.
- II Cumprir as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais, instruções e resoluções, direta e indiretamente, aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas, no que tange as atividades voltadas à responsabilidade social, ambiental e climática e ao gerenciamento do risco social, ambiental e climático.
- III Observar os impactos decorrentes das suas atividades, processos, produtos e/ou serviços, com relação à(ao):
 - a) Combate ao trabalho análogo a escravo, ao trabalho infantil, à exploração sexual e à violação dos direitos e garantias fundamentais e atos lesivos ao interesse comum;
 - b) Cumprimento das obrigações trabalhistas e Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança Ocupacional.
 - c) Promoção de práticas de diversidade e inclusão;
 - d) Eficiência no consumo de energia e de recursos naturais;
 - e) Utilização de fontes renováveis de energia;
 - f) Gestão adequada de resíduos.
- IV Participar das iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.
 - a) A CAIXA realizará convite formal para que a CONTRATADA se comprometa a participar, como forma de incrementar os seus conhecimentos sobre responsabilidade social, ambiental e climática, e possa incorporar progressivamente tais políticas à estratégia e gestão de seus negócios, produtos, serviços e processos.
- V Responder a pesquisa implementada pelo CDP – CARBON DISCLOSURE PROJECT, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente, sempre que convocado pela CAIXA.
 - a) A CAIXA viabilizará, junto ao CDP, agenda(s) anuais com a CONTRATADA para esclarecimentos sobre o preenchimento do questionário.
- VI Atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.

- VII Proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.
- VIII Autorizar a CAIXA a realizar visitas de vistoria às instalações da CONTRATADA, quando solicitado pela CAIXA ou em decorrência de suspeita e/ou denúncia relativas ao descumprimento de obrigações de responsabilidade social, ambiental e climática, assumidas pela CONTRATADA para a execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- I. em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações na prestação dos serviços, caso em que a CAIXA notificará a CONTRATADA para promover as mudanças necessárias;
- II. é vedado à CONTRATADA caucionar ou ceder os créditos do presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;
- III. a CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.
- IV. no caso de MPE optante pelo Simples Nacional, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional (modelo anexo ao contrato), deve ser apresentada quando do primeiro pagamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal, na cidade de Brasília/DF.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente contrato.

Local/data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nome:

CPF(MF):

DENOMINAÇÃO DA CONTRATADA

Nome:

CPF(MF):

ANEXO DO CONTRATO**DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS**

A Contratada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar pela União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
2. Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
3. Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
4. Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
5. Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
6. Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
8. Não atua na cidade/região como Imobiliária, Correspondente Caixa, ou intermediária para venda de imóveis
9. Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
10. Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da CAIXA;
 - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
11. Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

_____, _____ de _____ de _____

Local/Data

[Nome e assinatura do representante legal]

[identificação completa]

ANEXO DO CONTRATO**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL****DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL****ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012**

Ilmo. Sr.

Gerente da Caixa Econômica Federal

(nome da pessoa jurídica), com sede na (sede e endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

, de _____ de _____

Local/Data

Assinatura do Responsável

ANEXO DO CONTRATO

CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA

Combate à Corrupção

1 OBJETIVO

1.1 Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

1.2 Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

1.3 As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, tendo como fim o bem comum.

1.4 Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, conseqüentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA

2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:

2.1.1 Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

2.1.2 Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

2.1.3 Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

2.1.4 Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do art. 42 e incisos, do Decreto 8.420/2015, que regulamentou a Lei 12.846/2013.

2.2 As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA

3.1 A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:

3.1.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

3.1.2 Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

3.1.3 Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

3.1.4 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

3.1.5 Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

3.1.6 Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

3.1.7 Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

3.1.8 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

3.1.9 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

3.1.10 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

3.1.11 Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:

3.2.1 Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

3.2.2 Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

3.2.3 Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

3.2.4 Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

3.2.5 Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

3.2.6 Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:

3.3.1 Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

3.3.2 Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

3.3.3 Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

3.3.4 Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

3.3.5 Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

ANEXO DO CONTRATO**TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA**

[NOME DA EMPRESA]....., inscrita(o) no [CNPJ], por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE], DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

[Nome e assinatura do representante legal]

[identificação completa]

ANEXO DO CONTRATO**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

Nome do Usuário	CPF
Empresa	Função
Lotação	Telefone

Declaro ter permissão de acesso às informações da CAIXA, ou sob sua responsabilidade, necessárias ao desempenho das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado, e comprometo-me a cumprir o disposto nos itens a seguir:

Conhecer e cumprir, rigorosamente, todas as políticas e procedimento da CAIXA relativos à segurança da informação.

1. Estar ciente de que os acessos aos quais se referem o presente Termo foram concedidos para uso exclusivo nas atividades a que se destinam.
2. Observar a classificação das informações às quais tiver acesso, de acordo com os critérios estabelecidos pela CAIXA em função das atividades por mim executadas.
3. Caso necessário, ao divulgar as informações da CAIXA, observar os critérios estabelecidos.
4. Não utilizar meus acessos para visualizar dados ou informações desnecessárias ao exercício de minhas atividades.
5. Não utilizar meus acessos para copiar ou remover recursos computacionais, informações de propriedade da CAIXA ou por ela administrada, sem autorização específica para esse fim.
6. Não utilizar meus acessos para interferir em serviços, provocando, por exemplo, congestionamento, alteração, lentidão ou interrupção do tráfego da rede CAIXA.
7. Não utilizar os recursos disponibilizados pela CAIXA em atividades ilegais, tais como difamação, discriminação, obscenidade, pornografia, ameaça, roubo, tentativa de acesso desautorizado a dados ou tentativa de burlar medidas de segurança em sistemas, interceptação de mensagens eletrônicas e violação de direitos autorais.
8. Não citar ou discutir assuntos internos da CAIXA em ambientes públicos, físicos ou virtuais.

9. Respeitar os direitos de propriedade, instalando e/ou utilizando somente recursos tecnológicos autorizados e com as respectivas licenças de uso válidas.

10. Comunicar à chefia imediata qualquer suspeita ou evidência de transgressão às normas em vigor, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade, evitando que a imagem da Empresa seja colocada em risco junto ao seu público interno e externo.

Estou ciente de que:

- as responsabilidades quanto à segurança da informação se estendem além do horário de trabalho e continuam mesmo depois de encerrado o contrato de trabalho, para as informações obtidas em virtude de minhas atribuições na CAIXA.
- O descumprimento de qualquer item deste Termo pode acarretar a aplicação das sanções citadas nos contratos de prestação de serviço, aplicável à empresa contratada, e, ainda, nos demais processos legais e responsabilidades civil, penal cabíveis, também aplicáveis ao prestador de serviço/proposto.

_____, ____ de _____ de _____

Local/Data

Assinatura do usuário

Nome, CPF e Assinatura do
Representante/Preposto da Empresa
Contratada

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO

(envio obrigatório deste anexo – habilitação)

À
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/CECOT

Referência: Edital nº 396/2026 – Credenciamento

[NOME DA EMPRESA]....., inscrita no [CNPJ], por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR], DECLARA, em atendimento ao item 4.7 do Edital e sob as penas da lei, que:

- a) Recebeu os documentos que compõem o Edital Credenciamento nº396/2026 e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento;
- b) Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar pela União, ou que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- c) Se obriga a informar a existência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação;
- d) Preenche todos os requisitos e condições constantes do Edital nº 396/2026, com instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados para a execução do contrato, não se enquadrando em quaisquer das situações de impedimento nele previstas;
- e) Não possui em seu quadro menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos; e
- f) Os documentos apresentados no Portal de Licitações CAIXA são cópias fiéis dos correspondentes documentos originais e está ciente que na hipótese de declaração falsa, fica sujeita às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.
- g) Obriga-se a informar a existência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação;
- h) Tem ciência das condições impostas pela Lei nº 13.726/2018, está ciente que na hipótese de declaração falsa fica sujeita às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, e atesta que os documentos constantes no Portal Licitações CAIXA, apresentados a título de documentação para habilitação no certame (incluindo eventuais diligências) são cópias fiéis dos correspondentes documentos originais;

i) Tem ciência das disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e da publicação dos documentos fornecidos/consultados para habilitação neste Credenciamento no Portal da Transparência CAIXA e no PNCP, em atendimento à Lei nº 13.303/2016 e determinação dos Órgãos de Controle Externo.

_____, _____ de _____ de _____

Local/Data

[Nome e assinatura do representante legal]

[identificação completa]

ANEXO V**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

(envio obrigatório deste anexo- habilitação)

A empresa _____, CNPJ _____ declara estar ciente de que não poderá revelar a qualquer pessoa, governo e/ou a outra entidade externa à CAIXA quaisquer informações gerais e/ou particulares reservadas à Empresa relativas à prestação de serviço objeto desse contrato, ficando vedada a sua divulgação em outras circunstâncias diferentes das tratadas no presente.

Este Termo de confidencialidade permanece vigente mesmo após o término do Contrato firmado com a CAIXA.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

[Nome e assinatura do representante legal]

[identificação completa]

ANEXO VI

(envio obrigatório deste anexo- habilitação)

TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

[NOME DA EMPRESA]....., inscrita no CNPJ/MF nº, por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE], doravante denominado proponente, para atendimento ao Edital de Credenciamento n.º 396/2026.

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;

- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;

- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;

- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 e arts. 337-E a 337-P do Código Penal Brasileiro, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a CAIXA;

2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário CAIXA, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;

3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários CAIXA;

4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;

5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

6. Apoiar e colaborar com a CAIXA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

8. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

[Nome e assinatura do representante legal,

Com identificação completa]

ANEXO VII

CHECK LIST DA EMPRESA

Este check-list tem como função auxiliar a proponente na preparação da documentação necessária para habilitação no Credenciamento, não implica qualquer responsabilidade à CAIXA ou exime os participantes da necessidade de observância e de atendimento à íntegra do Edital.

Item	Cadastro no SICAF
5.1.1	O credenciamento da proponente no SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Econômico- Financeira. A verificação será feita por consulta <i>on-line</i> ao sistema, pela CAIXA, em ato interno.

Item	Documentos a serem apresentados, caso a proponente não tenha SICAF
5.2.1	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e alterações contratuais, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
5.2.2	Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
5.2.3	Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
5.2.4	Cópia do documento de identidade dos responsáveis técnicos e legais.
5.3.1	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
5.3.2	Prova de regularidade relativa à Fazenda Nacional.
5.3.3	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
5.4.1	Certidão Negativa de falência ou Recuperação Judicial/Extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica

Item	Documentos de Qualificação Técnica
5.5.1.1	Documento Oficial do Certificado válido de credenciamento junto ao(s) DETRAN(s) em que a empresa pretenda atuar.
5.5.1.2	Anexo II, devidamente preenchido e assinado digitalmente pelo representante legal da empresa, indicando o(s) DETRAN(s) de atuação.

Item	Documentos emitidos e assinados pela empresa proponente
5.7, alínea “a”	Anexo II – Escolha do Estado do DETRAN DE ATUAÇÃO e informação sobre a empresa
5.7, alínea “b”	Anexo IV – Declaração
5.7 alínea “c”	Anexo V - Termo de Confidencialidade
5.7 alínea “d”	Anexo VI – Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Sócio-Ambiental